



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Ofício Circular n.º 172/2012-CJCI

Belém, 29 de novembro de 2012.

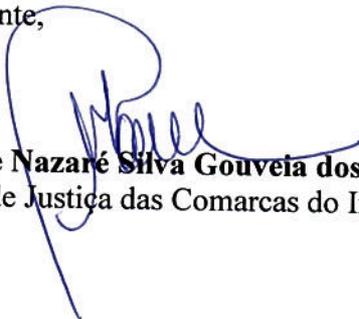
Processo n.º 2012.7.007971-4

A Sua Excelência o (a) Senhor (a)
Juiz (a) de Direito da Comarca de

Senhor (a) Juiz (a),

Encaminho a V. Ex.^a cópia do Ofício Circular n.º 411/GP-DPJ/2012, de 16/11/2012, oriundo da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, que trata de pesquisa sobre “Reincidência Criminal no Brasil”, para conhecimento e fins devidos

Atenciosamente,


Des.ª Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos
Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Ofício-Circular nº 411/GP - DPJ/2012

Brasília, 16 de novembro de 2012.

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado

Assunto: Pesquisa "Reincidência criminal no Brasil".

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, informo que o Conselho Nacional de Justiça firmou parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para realizar pesquisa sobre "Reincidência criminal no Brasil". As atividades de campo serão desenvolvidas nas varas criminais, juzgados especiais criminais e varas de execução penal de diferentes cidades (tanto da capital, quanto do interior) dos Estados de Alagoas, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, e no Distrito Federal.

Nesse sentido, solicito a gentileza de colaborar com a equipe a seguir destacada para que possam bem desenvolver o trabalho:

Almir de Oliveira Junior – Pesquisador do Ipea (coordenador da pesquisa);

Yuri Frederico Dutra – Pesquisadora do Pará;

Rafael Augusto da Costa Alencar – Assistente de Pesquisa do Ipea;

Talita Tatiana Dias Rampin – Assistente de Pesquisa do Ipea; e

Tatiana Daré Araújo – Assistente de Pesquisa do Ipea.

Solicito, ainda, dar conhecimento da realização da pesquisa à Corregedoria e às Varas da Primeira Instância desse Tribunal.

Para mais informações ou esclarecimentos, coloco à disposição a Diretora de Projetos Fernanda Paixão, do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), pelos telefones (61) 2326-5266 e 2326-5268.

Com toda cordialidade e admiração,


Ministro **Ayres Britto**
Presidente